

# FH diz que valor não afeta União

SONIA CARNEIRO

LISBOA - O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem, em duas entrevistas coletivas, no segundo dia de sua estada em Portugal, que deixará a definição do teto salarial nas mãos do Congresso e não vai interferir na decisão dos parlamentares de mudar ou não o valor firmado pelos três Poderes. O presidente, porém, suavizou o discurso, afirmando que, para o Executivo, não haverá diferença alguma se os R\$ 11.500 acertados forem confirmados, já que ele, como presidente, manterá o seu salário em R\$ 8.500. Para que os R\$ 11.500 passem a valer, Fernando Henrique quer acabar com a acumulação do salário da ativa com aposentadoria, o que cria o *teto duplex* de R\$ 23 mil.

Fernando Henrique insinuou que os presidentes do Legislativo e do Judiciário deveriam abrir mão da diferença salarial e manter o teto menor. E concordou parcialmente com a proposta do futuro presidente do Supe-

rior Tribunal de Justiça, Paulo Costa Leite, de retirar os "penduricalhos" do contracheque - mas desde que o valor não chegue a R\$ 12.720.

"Fui favorável ao teto de R\$ 10.800. As peculiaridades da Justiça me fizeram concordar com teto mais amplo. Esse teto, se for adotado, não afeta o funcionalismo da União porque o presidente da República abriu mão da diferença salarial. Ele só afetará dois setores - o Judiciário e o Legislativo -, que vão ter que defini-lo para saber se vão ou não aplicá-lo. Não quero entrar na discussão interna do Congresso: só estou dizendo o que acontece com o Executivo, comigo. E os outros são outros poderes", anunciou Fernando Henrique.

Sobre o salário mínimo, o presidente revelou que poderá apoiar o aumento para R\$ 160, se o Congresso apontar as fontes para pagar aos 12 milhões de aposentados. "Quem aumentar o salário mínimo sem apontar as fontes, vai aumentar a inflação e será declarado inimigo do povo."